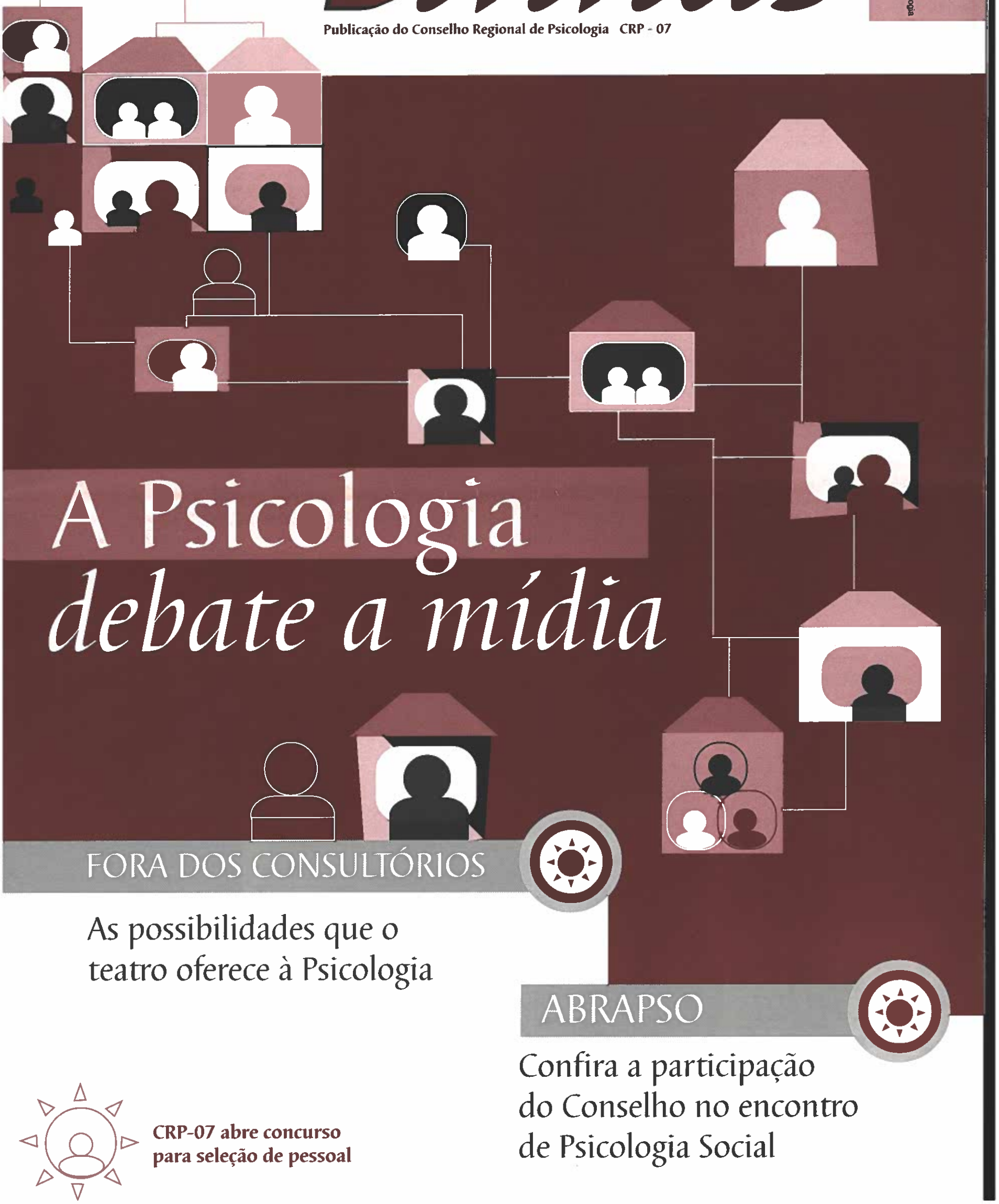
Novembro / Dezembro de 2003
Nº 23 ANO IV

Linhas

Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº 0387/01
ECT/DR/RS
CRP-07-Conselho Regional de Psicologia
7ª Região
ACF BOM FIM



A Psicologia debate a mídia

FORA DOS CONSULTÓRIOS

As possibilidades que o teatro oferece à Psicologia

ABRAPSO

Confira a participação do Conselho no encontro de Psicologia Social

CRP-07 abre concurso para seleção de pessoal

entre Linhas

Comunicação *para todos*

Gestão Inserção

- Carla Garcia Bottega
- Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Cristina Armani Madeira
- Dóris Noronha
- Gisele Silva Sanches
- Janice Castilhos Gomes
- Liliana Santos
- Mara Cristina Kozorosky Almeida
- Maria Cristina Carvalho da Silva
- Maria da Graça Corrêa Jacques
- Mylène Geiger
- Ruy Dias Gigante
- Tatiana Cardoso Baierle
- Vera Elizabeth Verissimo

Diretoria

- Presidente: Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Vice-presidente: Mylène Geiger
- Secretária: Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Tesoureira: Tatiana Cardoso Baierle

Comissão de Comunicação

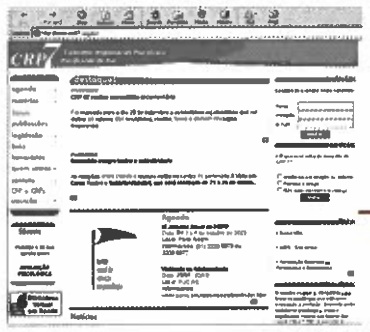
- Mylène Geiger
- Vera Elizabeth Verissimo
- Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Em nossa sociedade contemporânea o poder dos meios de comunicação é cada vez maior, pois há uma tendência crescente das pessoas recolherem-se em seus lares, utilizando-se das diferentes formas de mídia para se relacionarem com "o mundo lá fora". Nesta conjuntura, a mídia adquire um caráter de mediadora da cultura, modulando aquilo que deve ser produzido/ transmitido e a forma como deve ser apreendido. Através deste enorme potencial proporciona-se uma série de informações e transmitem-se visões de mundo e estilos de vida, ou seja, produzem-se modelos identitários. Porém, uma identidade modulada por versões da realidade que os detentores da mídia querem fortalecer, afinal não existe conhecimento neutro.

Tendo em vista estas questões, a psicologia não poderia se abster de participar de uma discussão importante como a da democratização da comunicação. O CRP-07 esteve presente no X Fórum pela Democratização da Comunicação, que ocorreu no mês de setembro, em São Paulo. No encontro, foi discutido desde a concessão de canais de rádio e televisão até a necessidade de capacitação da comunidade a fim de que se desenvolva uma compreensão crítica das mensagens transmitidas e estabelecer, desta forma, um controle social sobre a mídia.

Assim, esta edição está dedicada ao tema da Democratização da Comunicação, dialogando com questões como infância e adolescência e a formação profissional do psicólogo. Para falar sobre este tema, realizamos uma entrevista com Pedrinho Guareschi, que já tem vários livros publicados sobre poder e comunicação.

Como já estamos nos aproximando do final do ano, gostaríamos de lembrá-los que em 2004 teremos o V Congresso Nacional de Psicologia e os Congressos preparatórios em nível regional. Contamos com todos vocês!



Gestão Inserção

Visite o novo site do CRP-07

www.crp07.org.br

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 3335.1838 3330.3458
E-mail: contatos através do site www.crp07.org.br

Seção Serra
Avenida Itália, 325/705
95.010-260 – Caxias do Sul/RS
Telefone (54) 223.7848
E-mail: crpcaxias@terra.com.br
Representante: Patrícia Bisol

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (53) 227.4197
E-mail: crppelotas@terra.com.br
Representante: Giovani Cantarelli

• Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

• Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

A Psicologia vai ao teatro



"Em si, o Teatro do Oprimido é um teatro sem dogmas e realizado por meio de um conjunto de exercícios que ensinam o ser humano a utilizar uma ferramenta que ele já possui e não sabe. O homem traz esta característica teatral dentro de si. O que este tipo de teatro faz é liberar esta capacidade e ensinar à pessoa como dominá-la."

(Augusto Boal, em entrevista a Revista ExtraClasse/1999)

Usar a arte para propor alternativas a uma situação que precisa ser transformada. Neste caso, a arte é o teatro, mais especificamente o Teatro-Fórum, uma modalidade do Teatro do Oprimido criado e desenvolvido pelo dramaturgo e diretor carioca Augusto Boal desde os anos 1960. Reconhecido no mundo inteiro pela originalidade e ousadia da sua metodologia cênico-pedagógica, Augusto Boal também tem muitos discípulos no Brasil. Um deles é a psicóloga Silvia Balesteri Nunes, que resolveu levar as técnicas do Teatro-Fórum para dentro do Instituto de Psicologia/Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde leciona. Além disso, desenvolveu o tema no período do Mestrado e segue com a mesma pesquisa no curso de Doutorado, que está desenvolvendo pela PUC de São Paulo. "Comecei a fazer teatro ainda na adolescência, depois resolvi estudar Psicologia e admito que passei muito tempo indecisa sobre qual profissão seguir. Hoje é mais fácil falar de arte na Psicologia e na formação acadêmica, mas isso, com raras exceções, não acontecia há vinte anos atrás", salienta.

O contato com o Teatro do Oprimido aconteceu em meados da década de 1980, quando Augusto Boal voltou do exílio para criar uma Fábrica de Teatro Popular no Rio de Janeiro. Silvia estava na faculdade, ingressou no grupo de Boal e, na seqüência, ajudou a fundar o Centro do Teatro do Oprimido, também no Rio. "O Teatro do Oprimido é um tipo de teatro fácil de aproximar da Psicologia Social, já que trabalha muito com movimentos populares. No caso do Teatro-Fórum, a proposta é montar uma peça curta sobre uma situação que um determinado grupo quer transformar e, depois da apresentação, as pessoas da platéia são chamadas a entrar em cena para sugerir alternativas. Também é importante a figura do curinga, alguém que assume a função de coordenar a sessão de fórum e instigar a platéia quando é necessário", explica.

Para Silvia, tudo se aproxima de uma clínica ampliada. Além do Teatro-Fórum ser praticado no âmbito dos movimentos populares e/ou militância política, ela acredita que ele pode também ser utilizado como dispositivo clínico. E o caminho começa pela formação. "Na UFRJ, assumi a disciplina Laboratório de Animação de Grupos para desenvolver com os alunos as propostas do Teatro-Fórum. Criei, a seguir, um estágio, que envolve oficinas dirigidas a determinados grupos", explica, lembrando da experiência com um projeto ambiental que envolveu adolescentes que vivem perto de um grande aterro sanitário na região da Baixada Fluminense. "Eles criaram uma peça para mostrar a garotos de outro bairro a situação difícil em que viviam, na tentativa de viabilizar novas alternativas", exemplifica a psicóloga. Com os alunos do Laboratório e os estagiários, Silvia também consegue desenvolver um tipo de experiência de oficina mais longa, com discussões detalhadas sobre as técnicas e seu alcance para a Psicologia, o que nem sempre é possível nas oficinas de formação de Boal, pois os grupos e objetivos são mais variados. "Com os estudantes de Psicologia já surgiram muitas discussões interessantes, como a do individualismo entre os alunos da área ou seus preconceitos, que foram sendo avaliados durante vários encontros. Um dos muitos aspectos positivos do Teatro-Fórum é que, em cena, as pessoas falam de questões sobre as quais normalmente não falariam e interagem com quem não faz parte do seu dia-a-dia. Na montagem das peças, o grupo precisa se perguntar, precisa dizer o que quer mudar e também oferecer saídas para a platéia entrar", justifica.

Para Silvia, o Teatro-Fórum aplicado à Psicologia também tem várias outras especificidades, como a importância de se relacionar com a arte e desmitificar a figura do ator. "Em muitos casos, vemos o efeito que fazer teatro tem sobre as pessoas, que encontram outras possibilidades de se expressar e até de viver", destaca. Além disso, é um bom exercício para a formação de grupos, já que envolve pessoas de todos os tipos em torno de um objetivo comum. "Isso ajuda a desinibir e, no caso dos alunos, ainda trabalha a sua sensibilidade, o teatro muda a relação entre eles, e deles comigo. Não dá para fazer teatro mentindo, não dá para enganar, todos precisam estar envolvidos para a peça ser boa, para os espectadores sentirem vontade de resolver o problema ou propor alternativas para a situação que se apresenta", diz a psicóloga.

Atualmente, em seu projeto de Doutorado, Silvia estuda maneiras de contagiar o Teatro do Oprimido com experiências do teatro contemporâneo e estudos mais recentes sobre subjetividade, dando um passo à frente em relação aos estudos que influenciaram Augusto Boal, apontado como um dos maiores nomes do teatro brasileiro. "Hoje, felizmente, teatro e Psicologia podem andar juntos e minha intenção é trazer esta opção do fazer estético para pensar práticas psi, inclusive a clínica, num sentido mais amplo, experimentando outros tipos de sensibilidade", explica a psicóloga.



***O trabalho de Silvia Balesteri Nunes – *Teatro-Fórum como Dispositivo Clínico* – foi um dos selecionados para a oficina Clínica Ampliada: repensando o Dentro/Fora nas Práticas Psi, promovido pelo CRP-07 no III Fórum Social Mundial.**

Contatos com a autora pelo e-mail silvia@bnunes.com.br



Psicologia X Comunicação

O que eu tenho a ver com isso?

Mylène Geiger
Vice-presidente do CRP-07

Esta pode ser uma questão colocada por um leitor desavisado, ao se deparar pela primeira vez com o tema da Psicologia e a democratização da comunicação. Afinal de contas, o que de fato a psicologia tem a ver com a mídia?

Em primeiro lugar, a Psicologia pode contribuir no sentido de propiciar a compreensão dos modos de subjetivação que se dão através da mídia na sociedade civil contemporânea. Sabe-se da enorme importância dos meios de comunicação na definição de parâmetros de referência, de auto-reconhecimento e construção de futuro por parte dos grupos humanos e das sociedades. Entretanto, observa-se que a mídia globalizada oferece constantemente modelos de identificação homogeneizados e pasteurizados nos quais a grande maioria da população não consegue se reconhecer, pois nem ao menos tem acesso àqueles padrões de consumo que passam a ser valorizados socialmente, o que coloca os sujeitos numa posição de invisibilidade social. Pensamos que, ao contrário, o papel da mídia é dar visibilidade à diversidade social do povo brasileiro em todos os sentidos (gênero, classe, etnia, raça, orientação sexual, posicionamento político, produção cultural, história, tradição, ascendência, etc), reconhecendo, assim, essa diversidade como a maior riqueza do povo brasileiro, tanto em termos históricos, como condição para a construção de seu futuro.

Outra discussão em que a Psicologia, através da participação do Conselho Federal de Psicologia no Fórum pela Democratização da Comunicação, tem desempenhado papel importante é sobre a "propriedade" dos meios de comunicação no Brasil.

Os meios de comunicação , de acordo com nossa constituição, devem prestar um serviço de utilidade pública. Ao contrário, o que se observa é a concentração dos mesmos nas mãos de uma minoria, que define aquilo que é veiculado, a forma de veiculação e aquilo que não deve ser veiculado, devendo ser fadado ao esquecimento. Neste sentido, o controle das informações configura-se num enorme instrumento de poder por parte de quem detém a propriedade do meio de comunicação, que determina o que, como e quando algo pode ser transmitido.

Esse foi um dos temas discutidos no X Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que ocorreu de 19 a 21 de setembro, em São Paulo. No evento, foi deliberada a realização de uma campanha pela Democratização da Comunicação, que teve seu início no Dia Mundial pela Democratização da Comunicação, 17 de outubro, e seu término durante a realização do Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, no início de novembro.

Cabe lembrar, ainda, a importância da participação de todos, na perspectiva de controle social sobre a mídia, da campanha impulsionada pala Câmara dos Deputados "Quem financia a baixaria é contra a cidadania".

A formação em Psicologia *e os meios de comunicação*

Maria da Graça Jacques
Presidente da Comissão de Formação do CRP-07

No contexto contemporâneo, o fenômeno da comunicação assume um papel cada vez mais importante e central. No entanto, como nos alerta Guareschi (2000)[1], os estudos sobre sua natureza e implicações recebem relativamente pouca atenção. No âmbito da psicologia, mais especificamente na formação dos psicólogos, a temática se restringe, em geral, a alguns conteúdos de disciplinas de psicologia social.

No entanto, reconhece-se nas sociedades modernas o quanto os meios de comunicação contribuem na constituição da subjetividade; o quanto, a um número cada vez maior de pessoas, os fluxos de conteúdos simbólicos disponibilizados pelos meios de comunicação são determinantes na construção da representação da realidade e das relações sociais. Para citar alguns exemplos: a Internet está modificando o modo das pessoas se relacionarem e redimensionando suas noções de tempo e de espaço; a televisão se tornou o principal espaço de ocupação do tempo livre e, de instrumento de registro vem se configurando, cada vez mais, em instrumento de criação da realidade, nas palavras de Bordieu (1997)[2].

As influências da comunicação se disseminam pelos diferentes espaços sociais e se constituem nos principais instrumentos de controle da informação, portanto, de poder nas sociedades modernas. A substituição do espaço público de debate pelo espaço privado e pelo diálogo através da mídia confere aos meios de comunicação um poder ímpar de convencimento.

Embora tal importância, o tema comunicação é pouco privilegiado na formação dos psicólogos, restringindo-se, em geral, a um exame superficial quando do estudo de teorias sobre Ideologia e Representações Sociais. Negligencia-se a construção de aportes teóricos e/ou metodológicos no âmbito da psicologia sobre a temática, exceção de alguns centros de estudos e pesquisas, em geral, de cursos de pós-graduação com ênfase em psicologia social.

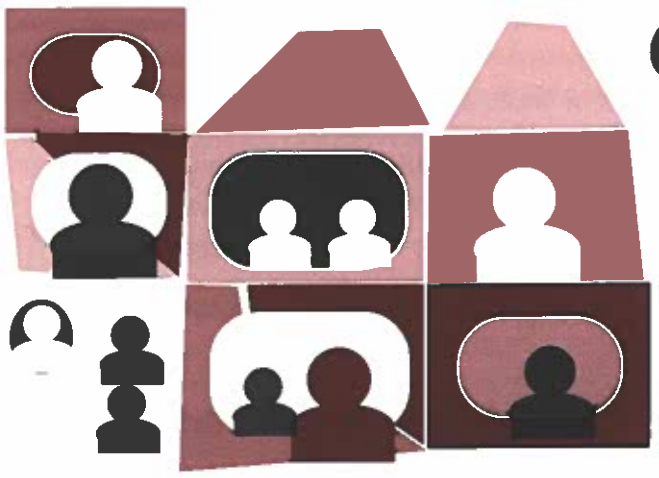
Urge que a universidade assuma sua instância crítica, reflexiva e criativa na análise dos fenômenos associados com a comunicação, como apregoa Guareschi (2003)[3]. Urge uma necessária atenção a este tema em todos os níveis de formação em psicologia e em todos os seus campos de aplicação consonante com a sua importância no contexto contemporâneo.

Para tanto, é importante também que os psicólogos, através de seus órgãos de classe e de suas associações científicas e de ensino, reforcem as iniciativas que se propõem a discutir o papel dos meios de comunicação na constituição da subjetividade, da realidade social e da cidadania. Parafraseando Guareschi (2000)[4]: na Grécia Antiga era considerado cidadão não quem apenas sentasse na praça a ouvir, mas sim quem falava, quem apresentava seu projeto para uma cidade humana e participativa.

1 GUARESCHI, P. et al. *Os construtores da informação*. Petrópolis: Vozes, 2000.
2 BORDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
3 GUARESCHI, P. *Para uma mídia socialmente responsável*. In: GUARESCHI, P. & BIS, O. (orgs.). *Diário Gaúcho; que discurso, que responsabilidade social?* P.A: Evangraf, 2003.
4 Op, cit.



Mídia e Infância ou é como tirar doce de criança



A elaboração deste texto surge da necessidade em trabalhar e discutir questões que têm sido pauta do GT Criança e Adolescente[1] e as produções de subjetividades ligadas à comunicação, ou, mais especificamente, aos meios de comunicação que constróem, disseminam e reafirmam o tema da infância e juventude como produto de consumo de um saber vigente. Saber este que, muitas vezes, é normatizado através das práticas psicológicas.

A tarefa do grupo é muito árdua, pois o que propomos construir, de antemão, é no mínimo - e já de início -, desigual em relação à força que os veículos de comunicação de massa possuem. Se crianças e adolescentes não conseguem ter suas posições escutadas, bem como seus direitos, alguém falará por elas e, na maioria das vezes, essas falas calarão ainda mais suas vozes. Nos propomos a escrever conjuntamente e, através de alguns recortes, ir esclarecendo a todos nós o quanto comunicação e psicologia podem ter em comum nesta e em outras temáticas se tratadas dignamente.

Abrimos o jornal e as manchetes chamam nossa atenção: "Menor assalta e mata a vítima"; "Três menores são pegos ao roubarem lancheria"; "Rebelião na FEBEM"; "Dupla adolescente vende 1 milhão de discos"...

Sabemos que o que está em jogo é uma questão de concepção. Crianças e adolescentes são apresentados pela mídia de formas desiguais levando em conta sua situação social e racial. A concepção de que falamos é a de que crianças e adolescentes estão em processo peculiar de desenvolvimento e que devem ser tratados como tais: "Art.15 – A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis." [2]

Mesmo após 13 anos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, não é conhecido pela maioria da população – muitos de nós não participam nem mesmo das eleições para o Conselho Tutelar – ou se é conhecido não é aprofundado e não consegue ter força de lei. Podemos pensar que uma lei se torna "forte" se a tiramos do papel e lhe damos consistência, mas que consistência é esta senão o exercício diário do afetamento pelas situações que nos são colocadas cotidianamente e fingimos que não vemos, ou que não temos responsabilidade?

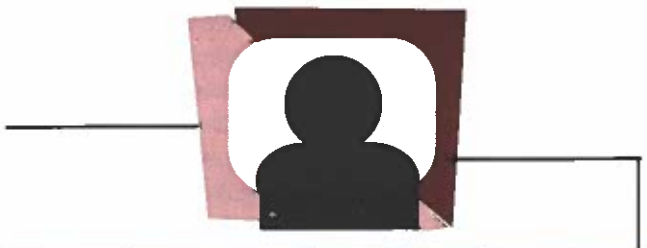
A televisão parece que descobriu finalmente as campanhas em favor da infância, levantando o questionamento sobre a violação de direitos, mas não parece fazer algo de propositivo, com raras exceções. Os espaços que mostram ações de enfrentamento são esporádicos, se diluem entre tantos outros, enquanto muitas iniciativas que contrapõem a situação de abandono evidenciando as singularidades e construindo novas subjetividades não aparecem. As pessoas que fazem suas doações atendendo aos apelos massivos se comovem com as crianças e adolescentes que aparecem na telinha, mas não se comovem da mesma forma com aquelas que fazem malabarismos na sinaleira, que pedem pelas ruas (ao contrário, dão esmolas para que rapidamente saiam do seu campo de visão), que trabalham, que morrem nas guerras, que são exploradas sexualmente, que estão em abrigos, que são órfãs. Enfim, qual a diferença destas crianças e adolescentes para aquelas que aparecem nas campanhas? Elas são diferentes também das crianças das nossas famílias?

E qual é o papel da Psicologia neste âmbito?

A legalização da Psicologia data da década de 1960, num momento em que as práticas disciplinadoras são incrementadas no plano institucional. Os discursos "psi" carregavam em sua trajetória histórica duas concepções: "uma visão assistencialista e clientelista vinculadas ao Serviço Social e uma concepção biológica e dicotômica da Medicina (saúde x doença / normal x patológico)."[3] Não estavam em questão as diferenças, os arranjamentos, as multiplicidades. Todo o diferente era (?) considerado desviante e o sujeito era destituído de seu processo histórico estabelecendo uma essência individual às situações vividas. Isso tem reforçado a falta de uma análise conjuntural por parte dos profissionais frente ao que é explorado pela mídia, padronizando e homogeneizando as posições que são apresentadas. Ao mesmo tempo, pouco temos auxiliado às pessoas que nos chegam para atendimento ou em outras situações que vivenciamos em nosso trabalho para o enfrentamento também destas situações, quando intimizamos os processos.

Precisamos reafirmar uma Psicologia engajada em processos histórico-político-sociais, na qual a atuação profissional seja atravessada pelas redes de comunicação, produzindo diferenças.





1 O GT Criança e Adolescente é composto por conselheiros e colaboradores do CRP 07, e têm se reunido desde junho de 2003.

2 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

3 Ayres in Nascimento, 2002, p.123.





Pedrinho Guareschi

A sociedade deve dizer

Em setembro passado, o apresentador Gugu Liberato (do SBT) forjou uma entrevista com supostos líderes da facção criminosa PCC e fez o Brasil inteiro discutir quais deveriam ser os limites de um programa de televisão. Respaldados por uma idéia de País democrático, os responsáveis pela mídia não medem conseqüências para conquistar mais público, o que muitas vezes implica em programas que passam longe de princípios como educação, arte ou entretenimento. Mas há uma luz no fim do túnel. No ano passado, foi instalado o Conselho Nacional de Comunicação, uma organização prevista na Constituição Brasileira, formada também por pessoas representativas da sociedade civil e que tem como proposta acompanhar com atenção crítica o que acontece nos programas brasileiros de rádio e televisão. A Psicologia brasileira se destaca neste contexto, ocupando um dos 13 lugares do Conselho Nacional de Comunicação. O filósofo e sociólogo Pedrinho Guareschi, que também é Dr. em Psicologia Social e Comunicação e já escreveu inúmeros livros sobre ética e comunicação no Brasil, é um dos protagonistas desta discussão e esclarece o assunto na entrevista que segue. Vale lembrar que qualquer pessoa pode e deve contribuir para que o Brasil tenha uma mídia mais responsável: basta acessar o site www.eticanatv.org.br e mandar sua mensagem questionando, reclamando ou sugerindo qualquer tema ligado à comunicação existente.

EntreLinhas - O que o senhor considera essencial para o Brasil ter uma comunicação democrática?

Pedrinho Guareschi - Estou convencido que, como ponto de partida, é fundamental que as pessoas saibam que as emissoras de rádio e televisão não são propriedades de ninguém, não têm "donos". É importante distinguir rádio e televisão dos jornais. Os primeiros são concessões públicas do Estado a determinados grupos sob a condição de prestarem bons serviços à sociedade. Já os jornais e revistas são considerados empresas da iniciativa privada. Mas o que acontece no Brasil é que as pessoas acham que as emissoras de rádio e TV têm "donos", o que é falso! Sem que tomemos consciência que esses meios são públicos e que devem prestar um serviço publico à sociedade, é difícil pensar numa comunicação democrática. A Inglaterra é um bom exemplo de comunicação pública: rádio e TV não são nem do governo, nem das empresas privadas, mas são geridas pela sociedade civil e seus dirigentes são escolhidos pelas universidades, igrejas, organizações de classe, movimentos sociais etc. Quem monitora a mídia é a sociedade civil através dos seus representantes. Se for o governo que comanda a mídia, ele pode fazer a cabeça de todo mundo, como aconteceu nos países totalitários. Se fica em mãos de particulares, como acontece hoje no Brasil, eles também fazem o que querem, inclusive derrubar e eleger governos. O documentário Brasil: Muito Além do Cidadão Kane, produzido pelo Canal 4, da BBC de Londres, mostra que durante dez anos – de 1982 a 1992 – a Rede Globo fez tudo o que quis no Brasil com respeito à política. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, já dizia que não se pode falar em democracia num país em que nove famílias detêm 90% da mídia, sem que a sociedade civil possa participar. Sua afirmação recorrente era: "O termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação da população na comunicação".

E – E o que o senhor nos diz sobre possibilidades de alterar a estrutura de concessões no País? As rádios comunitárias podem ser uma alternativa?

Guareschi - Até a Constituição de 1988 quem dava, ou retirava, concessões era o Ministro das Comunicações. Hoje é o Congresso e para retirar uma concessão ficou bem mais difícil, pois os lobbies da comunicação conseguiram colocar na Constituição a exigência de 3/5 dos deputados para cassação da concessão. Mas penso que é uma boa estratégia desencadear campanhas para retirar determinadas concessões, o que já vai alertar os responsáveis e conscientizar a população de que a mídia não tem donos. Rádios comunitárias são uma boa possibilidade, mas enfrentam forte reação dos empresários das grandes redes. O novo Presidente da AGERT (Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão), por exemplo, logo depois que foi escolhido falou em fechar essas rádios "piratas" com a ridícula desculpa de que poderiam derrubar aviões... O que eles têm é medo de perder audiência, e com isso, o lucro. A legislação para a instalação de uma rádio comunitária é terrivelmente exigente, necessitando um grupo de cinco associações comunitárias, e os membros de suas diretorias terem os nomes registrados em cartório, podendo abranger apenas um quilômetro de raio. É uma burocracia infame. Há oito mil rádios comunitárias esperando aprovação e elas não acontecem. Espera-se que com o Governo Lula deslanche esse processo.

E - Uma das bandeiras do Fórum pela Democratização da Comunicação é mudar este quadro. Qual a representatividade da sociedade civil neste processo e como a população pode se envolver neste debate?

Guareschi - A constituição de 1988 diz que a mídia deve ser um serviço público. Mesmo, contudo, que haja concessão a uma pessoa ou grupo, deve haver um monitoramento por parte da sociedade civil e por isso a Constituição exigiu a criação da Comissão Nacional de Comunicação. Essa Comissão só foi criada em 1991 e só foi instalada (pasmem!) em maio de 2002, renomeada de Conselho Nacional de Comunicação (CNC). São 13 membros e assim mesmo quatro são empresários da mídia, quatro de profissionais da comunicação e cinco representantes da sociedade civil, incluindo aí um representante do Conselho Federal de Psicologia. Uma das primeiras iniciativas do Conselho foi criar uma Comissão de Acompanhamento da Programação de Rádio e Televisão (CAP), da qual sou um dos membros titulares. Esse grupo, formado por 16 pessoas especialistas em mídia, organizou de imediato a campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, e iniciou a mobilização da sociedade civil no sentido de sugerir, reclamar ou criticar tudo o que julgasse importante ou necessário, no rádio e na TV. O canal para isso é a internet, através do site www.eticanatv.gov.br, ou o telefone Disque-Câmara: 0800 619 619, o fax: (61) 318-2993, ou o e-mail: cidadão@camara.gov.br Os telefones para discagem direta são: (061) 318-6196, 6197 ou 6198.

E - O senhor, como integrante deste Programa, já percebe mudanças na relação sociedade/meios de comunicação?

Guareschi - Fiz um parecer sobre o último programa do Big Brother, que foi enviado para a emissora e também para os patrocinadores do programa chamando a atenção para a falta de respeito e agressões aos direitos humanos e às relações de gênero presentes nos episódios. Tal parecer baseou-se em cerca de 800 reclamações de telespectadores, o que deixou alguns patrocinadores surpreendidos. Também é interessante perceber que o resultado das nossas reuniões, realizadas mensalmente, com a divulgação do "ranking da baixaria" são acompanhadas e divulgadas por diversos veículos de comunicação menores, que ajudam a tornar conhecida a campanha. Um exemplo é que tiramos do ar, em São Paulo, um comercial da Volks claramente desrespeitoso às relações de gênero, que tinha custado uma fortuna e permaneceu no ar apenas um dia. A Kaiser também está sendo processada por produzir "bolachas" para colocar os





Fotos:Patrícia Haubert

o que pensa

copos de cerveja com a inscrição: "cerveja e mulher, especialidades da Kaiser". Acredito que essa é uma iniciativa criativa e democrática, pois estamos fazendo o caminho intermediário entre o governo e a sociedade civil, mobilizando a sociedade que começa a dizer sua palavra. Este é o pano de fundo da nossa luta, à qual a Psicologia aderiu em defesa dos direitos humanos.

E - Por outro lado, os impérios de comunicação no Brasil são muito fortes. De que maneira os senhores pretendem atraí-los para este debate se a própria existência do Conselho Nacional de Comunicação é praticamente desconhecida pela maioria da população?

Guareschi - Este é um jogo de poder que envolve muitas pessoas e muito dinheiro. A mídia não divulga que existe um CNC, assim como não dizem que as concessões duram 15 anos para TV e 10 anos para rádios. Os próprios deputados e senadores não têm coragem de falar sobre isso porque desapareceriam do ar: como a mídia constrói a realidade, se eles falarem contra ela, são silenciados. Ao mesmo tempo, ao invés de se moverem em vista do bem comum, da prestação de serviços à comunidade, através da arte e da estética, as emissoras são guiadas pelos cifrões. As barbaridades vistas recentemente no programa do Gugu, por exemplo, aconteceram porque ele queria desbancar seus opositores e para isso montou um episódio para que a audiência subisse, cobrando, assim, mais pelos comerciais, o que significa alguns milhares de reais a mais por cada ponto de audiência.

As empresas privadas fazem coisas escandalosas para ganhar mais dinheiro, não levam em conta uma comunicação respeitosa, artística, educativa, provocativa, emancipadora, que englobe informação, arte e divertimento. E, quando surge um escândalo de grandes proporções, intervém a Justiça com censura, o que também não é o melhor caminho. Creio que a melhor solução é um monitoramento a partir da sociedade civil, onde essa sociedade poderia e deveria poder dizer o que quer e o que pensa. Esse é o início de um processo para conseguirmos uma mídia verdadeiramente democrática e participativa.

E - E como é a relação do CNC com apresentadores e produtores dos programas campeões em reclamações?

Guareschi - É interessante constatarmos que já há mudanças acontecendo. O João Kleber, Gugu e muitos outros manifestaram interesse em falar com a Comissão, enquanto os patrocinadores e os publicitários estão se dando conta que se determinados fatos e escândalos se tornarem públicos, algumas emissoras de rádio ou TV podem desbancar na audiência. E é evidente que elas não querem perder dinheiro e com isso vão tendo mais cuidado. Nosso propósito não é tirá-los do ar, mas monitorar, avaliar, cuidar do que é nosso, do que é público, do que é da sociedade civil. Vejo resultados palpáveis até a curto prazo, mas principalmente a médio e longo prazo. É um sonho, como tudo que diz respeito às aspirações e movimentos populares, mas estamos dando um primeiro passo. Por se tratar da comunicação, um campo que emprega tecnologias modernas e rápidas, o processo pode deslanchar com surpreendente velocidade. Há alguns anos fazer uma mobilização deste tipo levava muito tempo, mas hoje se pode iniciar um processo que pode precipitar uma mobilização bastante ampla e atingir milhares e milhões de pessoas em poucos dias, através da internet.

E - Como foram escolhidos os integrantes do CNC e da CAP? E, a partir da sua vivência e do seu trabalho, o que pauta a Comissão na avaliação dos programas de rádio e televisão?

Guareschi - O CNC foi criado a partir de indicações e discussões na Câmara dos Deputados, enquanto a CAP reúne professores e especialistas em mídia, na maior parte pesquisadores e militantes ligados ao tema. Para as reuniões, normalmente também são convidadas pessoas especializadas que nos assessoram, como



publicitários e assessores jurídicos. Entendemos ética como uma instância crítica do dever ser das relações humanas, que se constitui através de uma ação comunicativa e isso implica uma ampla discussão, não é um pequeno grupo que vai dizer o que é melhor para a sociedade brasileira. Entendemos nossa tarefa como a de sermos porta-vozes da sociedade civil. O pressuposto é que todos podem reclamar, dizer sua palavra, expressar sua opinião, manifestar seu pensamento. Só se omite quem quer. Nosso trabalho é fundamental pois há uma consciência social presa e manipulada no que se refere às funções e tarefas da mídia. As TVs e rádios não têm dono. Isso precisa ser gritado bem alto. Além disso, entre os direitos humanos há dois que são praticamente desconhecidos de todo cidadão: o direito à informação, isto é, de sermos bem informados e de termos liberdade de buscar essa informação em qualquer lugar. Mas o direito mais importante é o direito à comunicação, isto é, o direito de dizermos nossa palavra, expressar nossa opinião, manifestar nosso pensamento. Ora, como isso é possível, como esse direito pode ser garantido, se os meios de comunicação, cuja tarefa é serem porta-vozes dos cidadãos, estão nas mãos de apenas alguns "donos"? Aqui está o ponto nevrálgico, creio eu, no que se refere a uma comunicação democrática, participativa e cidadã. E é aqui que aparece a figura do psicólogo, que pode desenvolver um trabalho educativo muito importante, da pessoa poder falar e reclamar, um trabalho de base fundamental. Acredito que a Psicologia da Comunicação deveria ser matéria obrigatória nos currículos de todas a escolas e em todos os níveis. A disciplina de português, ou linguagem, está em todos os currículos, em todos os graus e em todos os anos, para ensinar a ler e a escrever. Mas quanto as pessoas lêem ou escrevem hoje em dia? Alguns minutos. Em compensação, vêem imagens o tempo inteiro (a média no Brasil é de 3,9 horas de assistência à TV por dia), e não há nenhuma disciplina que ensine a "ler" criticamente a imagem, muito menos a "escrever" essa imagem, isto é, a produzir uma comunicação a partir do falar sua palavra e "escrever" a imagem.

E - O senhor escreveu seu primeiro livro sobre o assunto no começo da década de 1980, que foi o Comunicação e Poder. Neste, era feita uma análise sobre a participação de grupos estrangeiros na AL. Nestas duas décadas, quais mudanças o senhor detecta em relação à influência e estrutura dos meios de comunicação no país e no mundo?

Guareschi - Comunicação e Poder é de 1981, já teve 14 edições e nunca param de publicar. Deveria haver uma atualização das informações, mas não alteraria os capítulos que traçam uma análise ideológica e cultural deste processo. Hoje, percebe-se que há quatro grandes tendências da comunicação: a globalização (a invasão de todo mundo com as mesmas informações), a diversificação (grandes empresas têm negócios em várias áreas), a concentração e monopolização (a mídia está cada vez mais em mãos de menos pessoas, uma situação que se deteriorou muito nas duas últimas décadas) e a desregulamentação (a crescente pressão em suprimir qualquer lei que regulamente o setor a nível nacional ou internacional, o que sinaliza um neoliberalismo global na comunicação). A questão cultural, de que o livro trata, é algo que se tornou mais sério e se reflete nas guerras culturais, invasões e descaracterizações dos povos. A subordinação cultural dos povos se dá através da mídia, que descaracteriza as culturas locais. Um exemplo típico disso é que o maior desejo de crianças e adolescentes é vestir-se como os norte-americanos, comer X-burguers, tomar Coca ou Pepsi, cantarolar músicas estrangeiras, etc. A descaracterização cultural, com a mudança dos padrões de vida e de consumo, é a abertura das portas para a subordinação econômica e cultural dos povos.

CRP-07 na ABRAPSO

Políticas públicas, adolescência e saúde

Fotos: Mônica Kanitz



CRP-07 se integrou ao debate sobre Psicologia Social com momentos de reflexão e troca de idéias

Mais de três mil pessoas participaram do XII Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), realizado no mês de outubro na PUC/RS, em Porto Alegre. O tema principal do encontro – Estratégias de Invenção do Presente – foi abordado nas conferências principais e nas dezenas de mesas propostas, incluindo as três organizadas pelo CRP-07.





Na primeira delas, Provocações Juvenis para a Psicologia, o debate foi pautado por um vídeo do projeto Olho da Rua, desenvolvido pela Prefeitura de Porto Alegre. O programa incentiva meninos de rua a desenvolverem roteiros, atuarem e falarem de suas próprias vivências através do cinema. A psicóloga Carla Bottega, conselheira do CRP-07, abriu o debate questionando o porquê não somos tão sedutores quanto a rua. "Este tipo de oficina pode mudar uma vida pelas oportunidades que dá, o professor acredita no menino e este acredita que o outro acredita", comentou. Segundo ela, a política deve integrar programas sociais e promover processos mais humanos. "As políticas públicas convidam à reflexão dos movimentos cotidianos e possibilitam transformar projetos de morte em projetos de vida". Para a psicóloga Simone Huning, é importante reconhecer novos modos de subjetivação e compreender outros padrões de comportamento que tornam estes adolescentes diferentes. Citando programas militares de abrigamento de adolescentes em situação de rua, ela lembrou o quanto somos autores de muitos prognósticos de marginalidade. "É preciso compreender o adolescente que se constitui diferente por causa de jogos de poder e violência. As medidas com caráter de caridade aparecem como lucro para os quartéis, bem como para a sociedade", destacou. Com base no seu trabalho com jovens infratores, a psicóloga Gislei Lazzarotto destacou a importância de "cartografar processos de subjetivação contemporânea tendo a rede como intercessor. "Este jovem que está aí fala da sacanagem da sociedade, tem desejos iguais aos nossos. Se nós temos medo do mundo dele, ele também tem medo do nosso mundo", observou. Para concluir, a psicóloga Cecília Coimbra lembrou a tendência higienista e a inclinação que temos em saber o que é melhor para o outro, destacando que a Psicologia surgiu numa época de ditadura e de valorização do assistencialismo e do psicologismo do cotidiano. "O ECA existe para tratar casos difíceis e o psicólogo para ajudar no final feliz. É preciso não ter medo de fazer análise das nossas implicações, precisamos formar pessoas voltadas para a vida" disse.

Outra mesa levada pelo CRP-07 a ABRAPSO foi Psicologia e Saúde Pública: Entre o Instituinte e o Instituído. Partindo de uma contextualização histórica da saúde pública no Brasil, a psicóloga Vanderléia Pulga enfatizou que o SUS se constituiu apesar do modelo econômico neoliberal e que hoje o grande desafio é consolidá-lo em sua concepção integral de saúde, além de repensar formas tradicionais de atenção à saúde. Já a psicóloga Ana Jacó Villela trouxe a trajetória do médico baiano Artur Ramos, que na década de 1930 se destacou por entender a questão da raça como cultural, constatando que com educação é possível atingir outros patamares de desenvolvimento. Ele também foi pioneiro em desenvolver pesquisas na educação à luz da psicanálise, principalmente com crianças que viviam em ambientes precários e eram influenciadas pelo meio. "A história serve para entendermos melhor o que somos hoje, responder perguntas do presente e avaliar o que a Psicologia já fez", explicou. Para encerrar, a psicóloga Liliana Santos, conselheira do CRP-07, salientou a importância da Psicologia pensar em condições de qualidade de vida, em condições para a saúde mental. "É preciso gerar uma nova história. O novo é um processo, um jeito de fazer. O desafio é nós nos pensarmos como profissionais numa sociedade neoliberal, abrir espaços para o protagonismo e a autonomia de nós mesmos e dos sujeitos que usam nossos serviços".

O terceiro debate proposto pelo CRP-07 foi Olhar a Rua, nos Enreda?, com base num programa de assistência integral a crianças de rua desenvolvido em conjunto por várias secretarias da prefeitura de Porto Alegre. A psicóloga Silvia Giugliani salientou que o projeto se destaca por "apreender, reconhecer e mediar a inclusão a partir de algo que venha do próprio sujeito". Segundo ela, também é importante que a população se sensibilize e reconheça que o espaço da rua não é de amparo ou proteção. "Construir uma prática solidária e governamental é um desafio imenso, bem como provocar a sociedade para que inclua os excluídos", avaliou. Para a psicóloga Maria Luiza Flores, a educação é a solução, mas como hoje a escola é elitista, não compreende o cidadão em toda a sua totalidade. "Se na década de 1980 houve uma explosão de escolas abertas para meninos de rua, em 1990 as mesmas fracassaram por autofagia, já que a idéia inicial era de transição". Conforme Maria Luiza, é necessário reconhecer o diálogo como elemento fundamental e desenvolver a ética nas relações humanas. "Quem sabe, fechar as escolas abertas e abrir as fechadas?", provocou. Já a psicóloga Maria Lúcia de Andrade Reis questionou a maneira como a saúde mental enxerga a rua. Segundo ela, é preciso haver rupturas e uma flexibilidade de práticas, além do profissional da Psicologia levar em conta a exclusão. "Estamos em descompasso com isso, temos que nos desenredar", avaliou.

Este espaço é para a sua opinião. Envie sua colaboração para o e-mail jornal@crp07.org.br

O opinião do psicólogo

Sandra Beck da Silva Etges
Psicanalista, Membro Analista do Centro de Estudos Lacaneanos de Santa Cruz do Sul

Os textos devem ter cerca de 3.500 caracteres e serão avaliados pela Comissão de Comunicação do CRP-07.

Que a criança seja sempre o pai do homem[1]

Para Freud, saber algo sobre o "adulto" atual deveria ser buscado na criança que o habita, já que esta o constitui. Cabe-nos, então, perguntar: qual seria o momento de ruptura entre este dito "ser criança" e o dito "ser adulto"?[2].

Lembramo-nos que, para Jacques Lacan, nos *Complexos Familiares* [3], o traumático da existência seria a separação do seio materno e a sua conseqüente separação da mãe ocasionada pela introdução da Lei Paterna. Isto ocorreria no momento em que a amamentação deixasse de cumprir sua função necessária e essencial de alimentação e passasse a ocupar uma outra ordem de satisfação que é de caráter sexual, relativa às primeiras marcas da erotização, e essa marca é possível porque há a interdição paterna, ou seja, nesse momento, o pai passaria a reivindicar a mãe para si como uma mulher transmitindo ao filho a seguinte mensagem: "essa mulher não, todas as outras sim" e, em decorrência do valor simbólico dessa lei que gera a necessidade de buscar algo **para além** da mãe, que desenvolve-se a capacidade de pensar, de se relacionar, de falar, sendo, portanto, determinante para a constituição de um Sujeito diferente do reino animal.

Então, será justamente a **falta,** instaurada pela Lei Paterna, que também é relativa ao desejo que a mãe tem por este pai como homem e/ou por algo **para além** do filho, que irá **humanizar** e provocar **desejo** para um sujeito. Esse **desejo** será fruto da fantasia dos pais em relação àquele filho e é isto que contará na transmissão do mesmo pela paternidade, possibilitando ao filho também constituir, via enigma, a sua própria fantasia (o que lhe falta na vida), que embora tenha eco, nunca será igual à fantasia que os pais tiveram sobre ele.

Desta forma, vai-se da fantasia dos pais à criança e, mais tarde, esta deveria poder **abrir mão** da infância, fazer o luto da criança que "**teria sido**" nesta fantasia. Logo, o "ser adulto" nada mais será do que a conseqüência desse luto e o que há de mais vivo nele é aquilo que já foi a memória de sua sexualidade infantil - que, pelo limite de lei que a constituiu, fará com que permaneça viva como um **desejo indestrutível** do qual jamais deverá abrir mão.

Porém, se o desmame e a introdução da Lei do Pai não puderem ser simbolizados, será comum esta criança vivê-los como o exercício de um abandono ou de uma exclusão, manifestando-se comportamentalmente em auto e/ou hetero-hostilidade.

Então podemos dizer com Lacan[4], que "o que mantém viva a família conjugal no desenvolvimento das sociedades irá valorizar aquilo que foi **transmitido subjetivamente**, que não é de forma alguma a satisfação das necessidades (materiais), mas a constituição subjetiva de um sujeito nomeado pela Lei do Pai", um legado, portanto, que só pode ser transmitido pela maneira que o desejo da mãe valorizou esta lei.

Ainda nos *Complexos Familiares*, Lacan nos aponta que, a seu juízo, um problema básico das Sociedades modernas seria a possível decadência desta Lei do Pai. Isso ocorreria em função de uma diminuição da importância do papel do pai nas famílias, ou por ele não ser mais, em geral, o único provedor, ou porque o vínculo mãe-filho vem sendo priorizado pela cultura em geral, a partir da moralidade do senso comum. Exemplos dessa anomia (ausência de lei) são facilmente observados nos fatos divulgados recentemente; seja a filha de classe média-alta que assassina seus pais, seja a mulher que seqüestra o filho dos outros. Como estes fatos demonstram, a causa dessas infrações, tem menos a ver com classe social, fome e/ou desemprego, e muito mais, com uma ausência e/ou trancafiamento da Lei do Pai.

Cabe-nos perguntar sobre o que, nos dias de hoje, pode ser atribuído a um pai para que o filho possa vir a valorizá-lo e reconhecê-lo neste lugar respeitando sua função de lei. É isso que possibilitará ao filho distinguir direitos, deveres e desejos tanto na sua vida privada como na pública. Desta forma, **sem Lei não há infância, sem ter havido infância não há memória desejante e, sem estas, não haverá adultos.**

[1] Tema baseado em WOORDSWORTH, que disse "A criança é o Pai do Homem" e foi citado por Freud.
[2] NAZAR, Tereza Palazzo in "A Criança da Modernidade".
[3] LACAN, Jacques, "Os Complexos Familiares", Editora Jorge Zahar, ano 1984
[4] LACAN, Jacques, carta a Jenny Aubry (c—pia xerografada) do original da revista Ornicar.

CRP-07

Anuidade 2004

Já estão sendo encaminhados aos psicólogos inscritos no CRP-07 os carnês para o pagamento da anuidade referente ao ano de 2004. De acordo com a assembléia orçamentária realizada em 29 de setembro, o valor da taxa foi fixado em R$ 193,00, muito próximo da banda mínima sugerida na reunião da APAF (Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras) realizada em maio passado.
Os psicólogos podem optar pelo pagamento do valor integral em 31 de março de 2004 ou parcelar a anuidade em três vezes, com vencimentos em 31/01, 28/02 e 31/03. Mais informações na secretaria do CRP-07.

CRP-07 abre inscrições para processo de seleção de funcionários

Conforme edital publicado no jornais Zero Hora e Diário Oficial do dia 3 de novembro, o Conselho Regional de Psicologia abriu inscrições para um processo seletivo público com o objetivo de preencher cargos em seu quadro de pessoal. Nove vagas estão sendo oferecidas, para as seguintes funções:

- **Administrador (com atribuições de gerente): uma vaga (40 horas)**
- **Assessor de comunicação: uma vaga (20 horas)**
- **Assistente Administrativo: quatro vagas (40 horas)**
- **Psicólogo: uma vaga (40 horas)**
- **Psicólogo fiscal: uma vaga (40 horas)**
- **Recepcionista: uma vaga (40 horas)**

As inscrições podem ser feitas na sede da empresa Objetivas Concursos (até o dia 26 de novembro) ou pela Internet (até o dia 27 de novembro). A data das provas está marcada para o dia 21 de dezembro. O edital completo e mais informações estão disponíveis no site www.objetivas.com.br ou www.crp07.org.br. A bibliografia para o cargo de psicólogo e psicólogo fiscal sofreu alterações. Confira!

Encontro de Direitos Humanos avalia desafios contemporâneos

Psicologia e Direitos Humanos: Desafios Contemporâneos foi o tema escolhido para o V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, que será realizado em Brasília nos dias 27, 28 e 29 de novembro. De um modo geral, o objetivo do evento é possibilitar o debate e a reflexão sobre as questões relacionadas aos Direitos Humanos e as práticas profissionais, mas as mesas-redondas e os trabalhos inscritos acentuam algumas propostas, como:

• Possibilitar debates e reflexões sobre os desafios colocados na conjuntura atual para a instauração de uma cultura de Direitos Humanos, enfatizando os aspectos relacionados com a Subjetividade que se encontram envolvidos nessa tarefa;

• Incentivar discussões sobre as múltiplas visões do humano que informam os Direitos Humanos e à Psicologia, explorando as promessas, limitações e contradições que nelas se presentificam e se expressam nas nossas configurações sociais ocidentais modernas;

• Desenvolver a sensibilidade profissional dos psicólogos para identificar e intervir positivamente em situações que envolvam violações dos Direitos Humanos, bem como incentivar o seu engajamento na sua promoção.

Entre os nomes confirmados para o encontro estão Maria Luiza Mendonça (representante da Rede de Justiça Social e DH), Roberto Gonçalves de Freitas Filho (Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB), Roberto Verás de Oliveira (pesquisador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania/USP), Laurindo Lalo Leal Filho (sociólogo, jornalista e fundador da ONG Tver).

O V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos é uma realização da Comissão Nacional de Psicologia e Direitos Humanos do CFP, com apoio das Comissões Regionais do Sistema Conselhos de Psicologia. Mais informações no site www.crp07.org.br

Já está disponível no site do CRP-07 (www.crp07.org.br) a lista com os testes de avaliação psicológica aprovados pelo CFP.

*

A polêmica do PL-25 – ou Ato Médico – segue seu périplo pelos espaços do Legislativo. Em meados de outubro, o senador Tião Viana foi nomeado relator da proposta, que voltou para avaliação na Comissão de Cidadania e Justiça do Senado Federal. O PL-25 define o que é Ato Médico, fixando normas, dispositivos e competências privativas dos médicos.

*

O Sistema Conselhos de Psicologia já garantiu sua participação no Fórum Social Brasileiro, que será realizado de 6 a 8 de novembro em Belo Horizonte (MG). Será através do seminário Por um Outro Mundo Possível: Grades a Romper, que se integra ao eixo temático Movimentos Sociais - Problemas da institucionalização das lutas sociais no Brasil. Mais informações no site www.fsb.org.br

A importância dos vínculos no trabalho com adolescentes



Um debate sobre Adolescência, Drogas e Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto marcou mais uma edição do projeto Conversando sobre Adolescência e Contemporaneidade, realizado no dia 14 de outubro em Porto Alegre. O projeto é uma promoção conjunta do CRP-07, do CFP, do Juizado da Infância e da Juventude dos municípios de Porto Alegre e Santo Ângelo, do Ambulatório Pró-Jovem/NASCA-SMS, Escola de Saúde Pública/SES e FASE com apoio da AJURIS.

O encontro reuniu duas especialistas no assunto: a psicóloga Silvia Tedesco, professora do Departamento de Psicologia da UFF e Terapeuta do Centro Regional Integrado de Atendimento a Adolescentes (CRIAA-UFF), e Suely Silva Santos, assistente social da FASC e coordenadora da Regional do PEMSE. Segundo Suely, o trabalho com adolescentes infratores e dependentes de drogas requer vínculos profundos e uma rede bem estruturada que envolva a família, a saúde, a educação e a instituição. "Perdemos muito quando não estão todos juntos. Para o jovem em liberdade assistida é preciso estabelecer uma parceria intensa com o técnico, que por sua vez precisa ser um profissional transparente para acompanhá-lo", destacou. Para Sílvia Tedesco, é importante trabalhar a relação do usuário com a droga, considerar as circunstâncias históricas do seu envolvimento. "É importante saber que a droga não vem do nada e que não posso isolar o indivíduo como vítima ou culpado", disse. Na rede proposta no CRIAA, a subjetividade se constitui a partir de várias conexões, passando pelo trabalho, escola, música e paixões, tornando possível ver em que ponto ocorrem mudanças ou qual é o ponto de sufocamento. "Em casos de recaída, sempre se encontra os motivos", explica. A psicóloga também ressaltou a necessidade de encarar a adolescência como um momento de passagem para a vida adulta no qual as drogas se tornam atraentes pelo caráter ilícito e pela possibilidade de perceber o mundo de maneira diferente. "Nesta hora, se incentiva laços com o terapeuta, com oficinas de teatro e música, para que eles não se sintam isolados ou discriminados. Mostramos que a droga não tem parceiros de verdade, atraímos os meninos para um lugar onde serão amparados. É um trabalho com a rede de vida dos adolescentes", destacou.

Seção Sul nas Políticas Públicas

A Seção Sul-Pelotas do CRP-07 está ampliando suas atividades junto aos Conselhos Municipais, com o objetivo de valorizar a participação dos psicólogos nas Políticas Públicas de Saúde. Com esta iniciativa, a psicóloga Myryam Viegas se faz representar no Conselho Municipal da Mulher; o psicólogo Gerson Silveira participa do Conselho Municipal da Saúde; a psicóloga Dóris Noronha atua no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA); e a psicóloga Glória Portela está no Conselho Municipal dos Entorpecentes.

Com a palavra, os psicólogos da Serra

Uma conversa franca, com oportunidade para todos darem sua opinião e ajudar a construir uma análise da conjuntura da Psicologia, enquanto ciência e profissão. Este foi o resultado do encontro que reuniu psicólogos e estudantes em Caxias do Sul no dia 9 de setembro, promovido pelo CRP-07/Seção da Serra; Sociedade de Psicologia do RS; Diretório Acadêmico e Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. Esta primeira reunião serviu para abordar temas atuais da psicologia articulados com a realidade da serra gaúcha sem a formalidade do ambiente acadêmico. Novos encontros serão agendados! Acompanhe as informações através do EntreLinhas e no site www.crp07.org.br

agenda

As informações da agenda são atualizadas semanalmente no site
www.crp07.org.br

II Fórum Brasileiro de Relação Médico-Paciente
Tema: Por uma medicina mais humana
De 28 a 30 de novembro em Recife (PE)
Informações (81) 3465.8594 ou 3466.5551 ou cejem@elogica.com.br

Formação de Terapeutas de Família
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no DOMUS Centro de Terapia de Casal e Família
Informações (51) 3346.3022 ou 3395.1895 ou domusctf@terra.com.br

Distúrbios Alimentares e Obesidade, Psicologia Hospitalar e Neuropsicologia
Cursos de extensão e/ou especialização com início em março de 2004
Público alvo: psicólogos, estudantes de psicologia e profissionais da área da saúde.
Inscrições abertas na Divisão de Psicologia do Hospital das Clínicas da USP
Informações (11) 3069.6459 ou www.cepsic.org.br

Formação em Psicanálise
Início em março de 2004
Inscrições abertas no Núcleo de Estudos Sigmund Freud
Informações (51) 3334.6400 ou 3338.6361 ou www.sig.org.br

Visitando a Filosofia
Dia 29 de novembro, às 9h
Palestra com Eduardo Luft
Inscrições abertas no Núcleo de Estudos Sigmund Freud
Informações (51)3334.6400 ou 3338.6361ou www.sig.org.br

Formação em Psicanálise
Curso com início em março de 2004
Público-alvo: psicólogos e médicos
Inscrições abertas no Constructo até o dia 15 de dezembro
Informações (51)3395.3354

Formação em Psicologia Organizacional - VIII Turma
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no Instituto de Desenvolvimento Global até 31 de janeiro de 2004
Informações (51) 3232.6104 ou 3222.1725

Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no Instituto Wilfred Bion
Informações (51) 3332.3943 ou 3335.3443

Formação em Terapia Familiar e de Casal
Curso com início em 2004
Público alvo: médicos, psicólogos, assistentes sociais e áreas afins
Inscrições abertas na Clínica SER (São Leopolodo)
Informações (51) 592.0976 ou clinica.ser@terra.com.br

Homens, Relacionamentos e Questionamentos
Debate aberto ao público
Encontros quinzenais, sempre às quinta-feiras, às 19 horas.
Inscrições abertas na Clínica SER (São Leopolodo)
Informações (51) 592.0976 ou clinica.ser@terra.com.br

V Congresso da Associação Latino-Americana de Psicoterapias Cognitivas
De 21 a 24 de abril de 2004 na PUC/RS
Informações: (51) 3225.3763

Psicoterapia Centrada na Pessoa
Início em março de 2004
Inscrições abertas no Delphos - Instituto de Psicologia
Informações (51) 3388.6898 ou www.institutodelphos.com.br

Mulheres criando Filhos Sozinhas
Debate aberto ao público
Encontros quinzenais, sempre às quinta-feiras, às 19 horas
Inscrições abertas na Clínica SER (São Leopolodo)
Informações (51) 592.0976 ou clinica.ser@terra.com.br

Especialização de Psicoterapeutas de Adultos Maduros
Início em março de 2004
Inscrições abertas no Clam
Informações (51) 3328.0622 cllam@terra.com.br ou www.clam.emed.com.br

Formação em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no IEPP
Informações (51) 3333-4801 ou 3335-3534

Formação em Psicanálise
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no Círculo Psicanalítico do RS
Informações (51) 32213292 ou cprs@cpovo.net.

Percurso de Escola 2004 – Turma VII
Curso com início em março de 2004, com duração de três anos.
Inscrições abertas na APPOA
Informações (51) 3333.2140 ou 3333.7922

III Congresso Argentino/I Congresso Iberoamericano de Acompanhamento Terapêutico
Dias 29 e 30 de novembro, em Buenos Aires (Argentina)
Informações http://siteat.cjb.net/

XIII Fórum Internacional de Psicanálise
De 25 a 29 de agosto de 2004 em Belo Horizonte (MG)
Informações (31) 3223.6115 ou www.cpmg.org.br



Breve Ensaio sobre a Mentira,
do psicanalista José Outeiral, desenvolve um "olhar viajante" sobre os vários aspectos da mentira. Utilizando uma linguagem clara, quase em tom de ficção, o autor analisa a mentira na idade escolar, nos romances, no cinema, na filosofia e também na psicanálise. Outeiral justifica sua proposta ressaltando que a "mentira faz parte do desenvolvimento normal de crianças e adolescentes e da patologia, como na mitomania; está no cotidiano social e cultural, permeia as questões educacionais e os livros didáticos; (...) é central na política e é integrante da paixão e do amor; enfim, faz parte do humano. Lançamento da Editora Revinter (www.revinter.com.br)



Estresse Laboral e Síndrome de Burnout – uma dualidade em estudo,
da psicóloga Sonia Maria de Wallau, aprofunda a discussão em torno do estresse e suas verdadeiras conseqüências no cotidiano dos profissionais que têm contato direto com pessoas, como trabalhadores da saúde e professores. Segundo a autora, o objetivo do livro é auxiliar a quem se interessa pela pesquisa a respeito deste "modo de resposta do homem aos agentes estressores, cada vez mais invasivos e presentes neste mundo competitivo e globalizado, mais e mais subjugado pelas novas tecnologia". Lançamento da Editora Feevale, de Novo Hamburgo. Informações pelo telefone (51) 595.1539.

Novas Formas Clínicas no Início do Terceiro Milênio
Autor: Charles Melman
CMC Editora
Porto Alegre, 2003

Walter Firmo de Oliveira Cruz
Psicólogo. Psicanalista. Membro da APPOA. Mestre em Psicologia Social e Institucional/ UFRGS. Coordenador Técnico do CRP-07.

Novos tempos para a Psicanálise

Particularmente, há alguns anos venho me perguntando sobre a capacidade da psicanálise manter-se atual, isto é, manter-se em condições de interrogar e viabilizar as diversas formas de expressão da subjetividade na atualidade. Em muitos momentos escutei e li textos que me remeteram mais a uma posição nostálgica - aquela do *tempo* em que o *Pai* tinha um lugar - do que propriamente a problematizações que pudessem colocar em discussão as nossas formas de manifestação subjetiva na contemporaneidade; na contemporaneidade *brasileira*, sobretudo. Alguns esforços para manter Freud *atual* já justificaram diversas interpretações de seus textos, certamente para muito além daquilo que ele mesmo teria tido condições de formular como homem do século XIX que era. Não raramente paixões (e como toda paixão, obscurantista) quiseram fazer crer na existência de um Freud *atemporal*, acima dos efeitos da subjetividade de seu tempo.

Pois bem, nossos mestres - é preciso reconhecer - estes têm passado por dificuldades nos dias de hoje: efeito talvez de uma subjetividade pós-moderna (com toda discussão que este conceito pode gerar), em que as certezas parecem ter nos abandonado, o saber hoje mostra-se estilhaçado e multiplicado em séries infinitas de possibilidades. Arriscaria mesmo dizer que a cada geração parece aumentar a "simpatia" por esta pluralização de referências. Nem bom, nem mau: diferente apenas.

Não deixa de surpreender portanto (de me surpreender de uma maneira bastante positiva inclusive), escutar um psicanalista de inquestionável importância no cenário mundial, como Charles Melman, situando o fundamental da produção psicanalítica em seu contexto histórico-cultural. Com uma naturalidade desconcertante, o recém lançado *Novas Formas Clínicas no Início do Terceiro Milênio*, que na verdade é a transcrição de um seminário realizado por ele em 2002, na cidade de Curitiba, é quase um passeio pelos grandes temas da psicanálise - e portanto da nossa cultura.

Aqueles que amadureceram profissionalmente estudando autores complexos como Jacques Lacan, sem dúvida encontrarão na agudez do pensamento de Melman um novo olhar sobre sua obra. O Melman encontrado neste livro surpreende a cada novo parágrafo, utilizando uma linguagem bastante diversa daquela encontrada, por exemplo, no denso *Novos Estudos Sobre a Histeria*. É um Melman leve, instigante e, antes de tudo, absolutamente preocupado com a psicanálise na contemporaneidade.

Sem reproduzir jargões incompreensíveis aos ouvidos da maioria, trata, por exemplo, o texto de Freud não como uma escritura sagrada, intocável, mas como uma produção fundamental no cenário contemporâneo, mas que nem por isso está acima da crítica. Um exemplo: "Ele [Freud] estava convencido de que, para curar a neurose contemporânea, seria preciso se autorizar a sexualidade. Para ele, a realização da genitalidade, associada à reprodução, constituía a norma, ou, dito de outro modo, ele pensava que havia uma norma de conduta humana." Não é preciso situar-se fora da psicanálise para que possamos criticá-la ou mesmo reconhecer seu alcance.

O texto buscou reproduzir não somente as idéias apresentadas por Melman, mas também seu impacto sobre a platéia. Assim, na seqüência de cada parte, há os comentários e as respostas.

São muitos os temas abordados por Melman ao longo dos três dias em que ele desenvolveu seu Seminário: relacionamentos e sexualidade, toxicomanias, Internet, depressão, adoção por casais homossexuais. Enfim, muitas das questões que nos interrogam na sociedade contemporânea. É bem verdade também que muitos pontos não chegam a ser aprofundados, embora merecessem um livro cada. Um exemplo importante, ao meu ver, é quando refere que na atualidade a mensagem que o sujeito recebe não vem do Outro, senão do consenso social, da opinião. Bem, se formos então levar em consideração suas palavras, é preciso pensar muito sobre aquilo que estamos produzindo e sobre o lugar de onde estamos respondendo.

Para concluir confesso que meu exemplar de *Novas Formas...* em poucos dias ficou completamente tomado de riscos, anotações e coloridos. Penso que esta talvez seja a melhor forma de se avaliar o impacto que um trabalho produz sobre nós. Uma leitura indispensável para aqueles que se preocupam em manter a psicanálise oxigenada, que deixa a vida entrar e questionar seus *standards*.